

25 OUT 1985

Interesses menores adiaram Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma vergonha. Não há outra palavra. Os episódios dos últimos dois dias, no Congresso, seriam cômicos se não fossem trágicos. Mais do que a uma rebelião dos partidos, assistiu-se a uma convulsão de interesses menores. Ou a um leilão de consciências. Prevaleceu o "toma lá, dá cá". No final, ninguém deu e ninguém tomou. Perderam todos, a começar pelo País, agora sem saber, sequer, se vai ser cumprido o compromisso solene de Tancredo Neves, de reunir a Assembleia Nacional Constituinte destinada a jogar no lixo da História a Carta vigente, dádiva da junta militar de 1969.

Não conseguiram, deputados e senadores, votar a emenda convocatória da Constituinte. Trocaram o maior pelo menor, o mais pelo menos, e nem esse conseguiram. Uns queriam inserir na emenda a anistia ampla, geral e irrestrita para os militares cassados desde 64, iniciativa a que as Forças Armadas refugam, pela palavra de seus chefes. Sendo justa ou injusta a proposta, ela nada tem que ver com a Assembleia Nacional Constituinte, mas fizeram com que tivesse. Outros subordinavam seu apoio à emenda a mais nomeações para o segundo e terceiro escalões da administração federal. Arranjar vaga para amigos, parentes e cabos eleitorais ficou mais importante do que fixar as bases para a ordenação político-institucional do País. Aqueles pretendiam que só com a inclusão de um plebiscito no texto seria possível endossá-lo. Esses, que Constituinte congressual não é Constituinte e, por isso, pronunciar-se-iam contra, mesmo sem ter lido a História do Brasil para principiantes, onde lhes seria revelado terem sido congressuats as duas Constituintes mais democráticas de nosso passado, as de 1891 e de 1946.

A gota d'água repousou na questão da anistia, mas o conjunto de ambições, mesquinhas e obscurantismo terá sido, na realidade, o responsável maior. O PT e o PDT, por exemplo, ficaram desde o início contra a emenda em si mesma. Por causa da anistia, das nomeações, do plebiscito ou do caráter congressual da Constituinte? Nem pensar, apesar das aparências. Insurgiram-se, isto sim, contra o fato de que o PMDB e o PFL, ao que tudo indica, continuarão formando o bloco majoritário no futuro Congresso e, em consequência, na ansiada Assembleia Nacional Constituinte. Suas bancadas darão a tônica da nova Carta, apesar de se apresentarem divididos. Resultado, não será a Constituição do PT e do PDT que o País poderá dispor. Prevendo o óbvio, com antecedência, lulistas e brizolistas começam a torpedear tudo, desde o início. Mostraram-se. Só jogam para ganhar, e, como não ganham, tumultuam e tentam acabar com o jogo. Sua atuação dá a medida da democracia que querem. Sem tirar nem pôr, a mesma democracia

dos generais-presidentes. A favor de seus interesses. Se a previsão for de que serão contrariados, então a palavra de ordem passa a ser antide-mocrática. Dispusessem de um ato institucional e, sem dúvidas, o estariam utilizando no plenário do Congresso, faz muito.

Não perceberam nem percebem, os interesseiros de todos os matizes, que cavam a própria sepultura. Vitoriosos nas tertúlias demoradas até a madrugada de ontem, na medida em que, mesmo derrotada a anistia ampla dos militares, não se conseguiu mais votar a emenda que convoca a Constituinte, por exaustão e falta de número determinado pela sua própria retirada, eles deixaram tudo em suspenso. Para depois de 15 de novembro, para o ano que vem, para quando? Seria de menor importância, o fato, se não estivessem, com seu irracionalismo, cavando também a sepultura da Nova República. Deram chance, e que chance, aos militares, para que impusessem seus pontos de vista, funcionando como um poder presumidamente refluído. Levaram o governo ao confronto. E, não contentes com isso, frustraram a Nação pelo adiamento, sine die, da convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

No PMDB, houve quem formasse com eles. No PFL, também. O PDS a tudo assistiu placidamente, tentando colaborar com o presidente José Sarney mas lavando as mãos à maneira de Pilatos. O problema não é deles, é de seus adversários.

Em suma, duraram pouco as ilusões. Nada mais igual aos radicais de direita do que os radicais de esquerda. Seu repúdio ao consenso é ao entendimento, à salvação do atacado mesmo em troca do varejo, servirá de lição, se houver tempo e condições para outra aula. Porque pode não haver.

Não se emitem juízos de valor sobre a proposta que dá anistia ampla, geral e irrestrita aos militares cassados desde 1964. O provável, até, é que mereçam mais do que o próprio deputado Jorge Vequed pretende. Pode-se questionar que certos grupos partidários estão menos representados do que merecem, na administração federal. Ou que um plebiscito legitimaria ainda mais a Constituinte e, em paralelo, que sem ser congressual essa Constituinte dedicar-se-ia com mais afinco e menos interesses particulares à redação da nova Carta. Isoladamente, cada caso pode ser, no mínimo, discutido. O problema é que, somados, eles exprimtram o retrocesso.

Talvez, depois de 15 de novembro, ou, mesmo, no ano que vem, prosseguindo a votação da emenda José Sarney, ela será capaz de chegar a bom termo. De ser votada, convocando-se Assembleia Nacional Constituinte. Talvez não. No primeiro caso, terão ficado seqüelas e alertas de grande importância para o futuro. No outro, sobrarão pelo menos o consolo de confirmarmos a impressão de agora: são vinhos da mesma pipa, os radicais e os interesseiros...

C.C.

ANC 88
Pasta 10/85-2
125/1985